

A MOBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA VISÃO QUALITATIVA

Ricardo da Silva Freguglia*
Jorge Teles**
Bruno Dore Rodrigues***

1. Introdução

As substanciais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90 tiveram reflexos sobre a ocupação, desocupação e, conseqüentemente, sobre o processo de informalização. Marcado pela recessão econômica do período 90/92, a abertura comercial, o ajustamento no setor privado, o plano de estabilização e a privatização, o mercado de trabalho comportou-se de modo a reduzir substancialmente o número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, expandindo os empregos no setor terciário.

Em linhas gerais, os ajustes ocorridos foram decorrentes da reestruturação produtiva efetuada pelas empresas, visando aumentar a produtividade e a competitividade de seus produtos, concentrando a produção nas linhas de produtos competitivos, compactando o processo produtivo, terceirizando as diversas atividades e reduzindo os postos de trabalho. A concorrência e a integração macroeconômica induziram as empresas a pouparem custos e utilizarem uma mão-de-obra menos rígida, com reflexos diretos sobre o emprego formal da indústria. A principal conseqüência destas mudanças pode ser verificada na distribuição setorial do emprego, com a perda de muitos postos de trabalho e com a migração de trabalhadores para as firmas e setores mais eficientes.

Em decorrência disto, cresceu significativamente o número de trabalhadores no setor informal. Simultaneamente, houve um aumento da produtividade das empresas e uma redução nos postos de trabalho, mantendo os níveis produtivos sempre em ascensão.

* Professor Assistente da FEA/UFJF.

** Mestre em economia pela UFF.

*** Bolsista PIBIC/CNPq.

As contratações e demissões de mão-de-obra passaram a contribuir para a elevada taxa de rotatividade da força de trabalho no setor formal, culminando com mudanças nos perfis de qualificação e treinamento do trabalhador, repercutindo no aumento da demanda por trabalhadores qualificados. Verificou-se um crescimento das taxas de desemprego, da informalidade e do setor terciário na ocupação total, sugerindo um aumento das ocupações mais instáveis ou precárias. Destaca-se neste contexto o setor informal que tem uma rotatividade de três a cinco vezes superior a do setor formal sendo constatado que o desempregado tem maior probabilidade de sair desta posição, mas muitos destes estão caminhando para a inatividade e os sem carteira têm maior tendência de se tornar com carteira de que o inverso. Quanto maior a probabilidade de um agente em se tornar informal, pior será o nível dos postos a que terá acesso e quanto mais pessoas com alta probabilidade de se informalizar, menor será o nível de bem-estar promovido pelo mercado de trabalho.

O principal objetivo deste estudo é o mapeamento das condições do mercado de trabalho no que se refere à ocupação e informalidade e a análise descritiva do perfil migratório dos trabalhadores durante a década de noventa. Para isto, este artigo encontra-se dividido em quatro partes além desta introdução. Na primeira parte, descreve-se o comportamento do mercado de trabalho brasileiro recente. A segunda parte ressalta o processo de informalidade no mercado de trabalho. Os aspectos metodológicos e as fontes de informações utilizadas são descritos na terceira parte. Na quarta parte são analisados os principais resultados obtidos e, na quinta parte, são resumidas as principais conclusões obtidas.

2. O mercado de trabalho brasileiro recente

O mercado de trabalho brasileiro apresentou mudanças significativas diante do novo contexto econômico durante a década de 90. Os níveis de emprego industrial e formal foram sensivelmente reduzidos como consequência do processo de ajuste e reestruturação produtiva efetuados pelas empresas, com a adoção de medidas para aumentar a produtividade e competitividade de seus produtos.

Apesar dos reflexos destas mudanças terem sido observados através de uma tendência praticamente contínua de queda do emprego industrial, os diferentes setores da economia brasileira absorveram os impactos destas transformações de forma distinta,

ou seja, o ajuste ao novo ambiente estrutural provocou reflexos sobre a distribuição setorial do emprego. Por um lado, muitos trabalhadores estão migrando em direção àquelas firmas e setores mais eficientes e com grande procura por seu produto no novo ambiente macroeconômico. Por outro lado, trata-se de uma reestruturação acompanhada pela perda de emprego de muitos trabalhadores, sem qualquer garantia de que sejam reinseridos no mercado de trabalho nos anos subsequentes. O efeito final sobre o nível de emprego agregado no curto prazo, conforme Gonzaga (1996), passa a depender de três fatores: o efeito das mudanças sobre o nível de produto agregado e, portanto, sobre a demanda agregada por trabalho, o grau de rigidez do mercado de trabalho e o grau de qualificação geral da mão-de-obra. Em linhas gerais, o ajuste será mais rápido quanto maior a flexibilidade do mercado de trabalho.

Assim, os fatos ocorridos nas décadas anteriores, como a recessão dos anos 80 e o despreparo face à reestruturação produtiva industrial, condicionam a geração de empregos na década de 90. Conforme Caruso, Pero e Lima (1997), o ajuste das empresas ocorre num cenário cujas principais características advêm das duas décadas anteriores, como a recessão, os trabalhadores pouco qualificados e a pequena ênfase à formação profissional.

2.1. A reestruturação produtiva e seus reflexos sobre o mercado de trabalho

Essa mudança verificada no contexto macroeconômico brasileiro provocou profundas alterações no comportamento das empresas, principalmente no setor industrial. Welmowicki, Além e Motta (1994) evidenciam a realização de um processo de enxugamento, com a diminuição dos postos de trabalho, buscando estimular o aumento da competitividade dos produtos nacionais. Ocorre então a concentração nas linhas de produto competitivas, economias de escopo, terceirização de diversas atividades, compactação dos processos produtivos e redução de postos de trabalho, programas de controle de qualidade, entre outros.

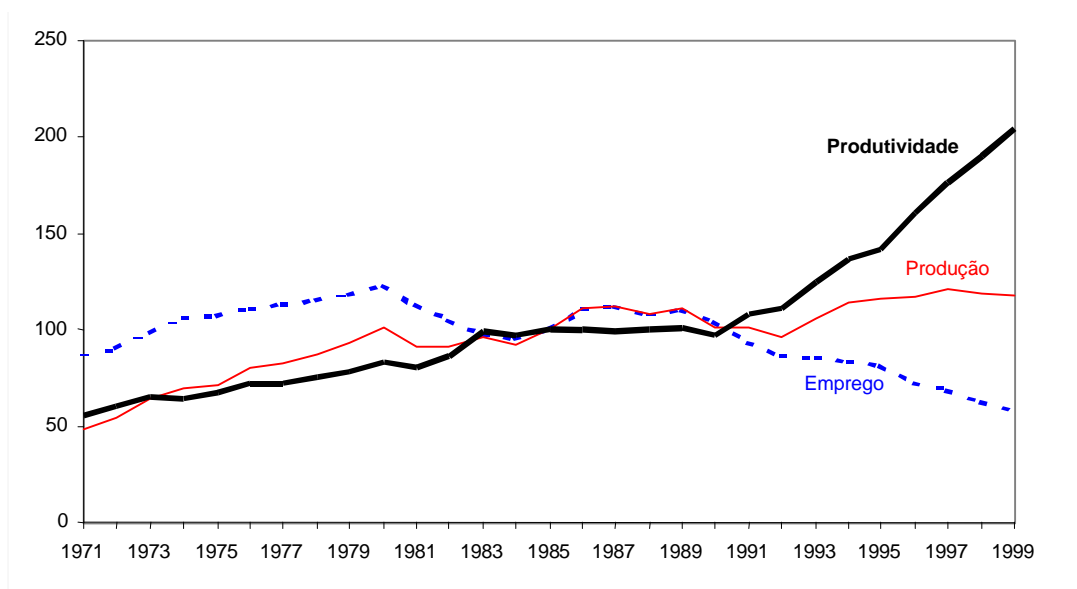
Tabela 1: Nível de ocupação por setor de atividade – Brasil

Média	Ext. Min.	Ind. Transf.	S.I.U.P	Cons. Civ.	Comércio	Serviços	Adm. Públ.	Agrop.	Outros
1991	36.144	3.348.188	176.549	1.083.333	2.195.681	5.382.887	1.460.841	113.978	1.283.631
1992	35.479	3.082.649	177.347	1.121.110	2.194.223	5.488.279	1.515.874	112.640	1.283.176
1993	32.299	3.075.942	177.932	1.076.255	2.272.518	5.639.194	1.538.442	112.913	1.277.217
1994	37.455	3.079.025	170.080	1.129.093	2.358.312	5.877.612	1.545.485	121.841	1.281.504
1995	31.986	3.115.809	163.627	1.108.262	2.440.445	6.166.619	1.531.924	121.401	1.294.960
1996	29.513	2.979.089	155.741	1.160.477	2.503.514	6.470.735	1.602.481	105.053	1.328.828
1997	31.139	2.864.626	149.253	1.146.879	2.527.574	6.587.973	1.606.916	98.374	1.370.278
1998	26.919	2.731.099	141.370	1.152.583	2.474.687	6.737.359	1.582.416	90.610	1.404.086
1999	25.379	2.655.605	141.188	1.128.651	2.460.617	6.838.064	1.632.376	86.018	1.418.705

Fonte: IPEA/MTE. Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise (2000)

Uma das conseqüências deste processo de reestruturação sobre o emprego nos anos 90 está relacionada ao crescimento do número de postos de trabalho no setor informal. Em contrapartida, ocorre um decréscimo do número de empregos no setor formal, especialmente no que se refere à indústria. Como pode ser observado na Tabela 1, a participação do setor industrial na ocupação total diminui. Constata-se, ainda, um aumento da participação do setor terciário¹ em relação à ocupação total.

Gráfico 1: Indicador de emprego, produção e produtividade na indústria(1985=100)



Fonte: Feijó e Carvalho, 2000.

¹ O setor terciário engloba as atividades de comércio, serviços e administração pública, enquanto o setor secundário é composto pelas indústrias extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil.

Paralelamente, verifica-se um elevado crescimento da produtividade do setor industrial, conforme mostra o Gráfico 1. Isto se deve ao processo de ajuste e reestruturação da economia que levou as empresas ao incremento da produtividade.

Diante desta rapidez de ajuste dos salários relativamente ao nível de emprego da economia, faz-se necessária uma melhor definição da flexibilidade do mercado de trabalho. Em linhas gerais, como mostram Barros e Mendonça (1997), o grau de flexibilidade de um mercado é definido como “a capacidade de os preços e quantidades transacionados nesse mercado se ajustarem rapidamente a choques nas curvas de demanda e oferta”. Esta flexibilidade é associada à articulação dos agentes econômicos num contexto institucional - regras, convenções e instituições - específico de cada país.

É interessante notar que, conforme Amadeo *et al* (1994), a flexibilidade do mercado de trabalho apresenta duas dimensões, a salarial e a alocativa. A primeira garante que a redução do valor da produtividade marginal do trabalho causada por um choque possa ser acomodada sem a necessidade de reduzir-se o nível do emprego.

Contudo, embora uma perfeita flexibilidade salarial seja suficiente para garantir que o nível do desemprego seja mantido a um mínimo, esta não garante uma eficiente alocação da mão-de-obra. Para que uma contínua alocação eficiente da mão-de-obra seja possível, é necessário que a força de trabalho possa ser realocada sem custos (perfeita flexibilidade alocativa) de forma que mantenha a produtividade marginal do trabalho constantemente igual em todas as atividades. De fato, no que se refere ao mercado de trabalho no Brasil no início dos anos 90, as flutuações dos salários no período refletem, em sua maior parte, a busca de uma adaptação do mercado de trabalho às consideráveis alterações ocorridas no nível de atividade.

Nesse sentido, o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se pela rápida alocação dos desempregados, mas estes permanecem pouco tempo nos postos de trabalho. Para Gonzaga (1996), a flexibilidade do emprego é excessiva no Brasil, principalmente no que se refere à flexibilidade alocativa, sendo prejudicial para a produtividade. Uma elevada flexibilidade conduz a um maior volume de contratações e demissões de trabalhadores, aumentando assim a taxa de rotatividade. Isto implica baixo investimento em treinamento e baixo grau de compromisso entre trabalhadores e firmas, ou seja, a elevada rotatividade leva a uma baixa qualidade do emprego.

Desse modo, as contratações e demissões de mão-de-obra passam a contribuir para uma elevada taxa de rotatividade da força de trabalho no setor formal. Surgem então algumas implicações diretas deste contexto, como a mudança nos perfis de qualificação e treinamento da mão-de-obra.

2.2. *Qualidade do trabalhador, qualidade do emprego e treinamento*

O contexto de reestruturação industrial da década de 90 levou a sensíveis alterações no mercado de trabalho, principalmente no que tange às empresas. Estas passaram a utilizar novas tecnologias, conduzindo à necessidade de maior qualificação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que poupou trabalho não qualificado.

Essa demanda por mão-de-obra mais qualificada gera reflexos na produtividade e no treinamento da mão-de-obra, uma vez que a determinação dos salários, entre outras variáveis, está diretamente associada à produtividade do posto de trabalho. Assim, empregos mais produtivos, que exigem trabalhadores mais qualificados, remuneram melhor, pagando salários mais elevados. O resultado, conforme Welmowicki, Além e Motta (1994), é uma ampliação do hiato entre os salários dos trabalhadores qualificados e não qualificados e um aumento da dispersão salarial.

É importante ressaltar que a produtividade e os salários dos trabalhadores dependem tanto da sua qualificação como da qualidade dos postos de trabalho que ocupam. Com relação ao primeiro caso, este se refere a características que afetam o seu salário, independentemente de serem produtivas ou não. Barros *et al* (1997) afirmam que estas características podem afetar o salário porque afetam a produtividade do trabalhador, como um treinamento por ele realizado, por exemplo. De maneira similar, também podem afetar o salário simplesmente porque são valorizadas no mercado de trabalho, apesar de não afetarem a produtividade do trabalhador, como acontece com gênero e cor. Em suma, a qualidade da força de trabalho depende da qualificação, motivação e outros atributos produtivos como a dedicação, o esforço e a intensidade com que vão trabalhar, o tempo e o esforço que vão dedicar ao aprendizado e ao aperfeiçoamento das suas habilidades.

Por sua vez, a qualidade de um posto de trabalho, novamente utilizando a definição de Barros *et al* (1997), é tudo aquilo que difere este dos demais postos de trabalho. Em geral, caracteriza-se um emprego como de má qualidade quando ele tem

baixa produtividade e, portanto, oferece baixa remuneração. Além disso, maus empregos também tendem a oferecer péssimas condições de trabalho a seus ocupantes.

Diante do considerável aumento no grau de informalização das relações de trabalho a partir de 1990, a precarização do emprego se ampliou. Além da redução da oferta de empregos formais, a terceirização do emprego foi crescente. Os salários tendiam a convergir nos setores formais e informais da economia, indicando uma piora na qualidade de uma parcela significativa dos empregos formais.

É importante ressaltar que existem setores que obtiveram considerável melhora na qualidade média dos empregos no período, tanto em termos salariais quanto em termos de produtividade. Este fato tem levado a uma crescente segmentação interna do setor formal da economia (Barros *et al*, 1997). Em linhas gerais, os postos de trabalho apresentam-se de forma bastante heterogênea, com uma clara tendência ao declínio da qualidade média e ao crescimento desta heterogeneidade.

Uma outra característica relevante está relacionada ao grau de comprometimento das empresas na elevação dos níveis de qualificação de sua mão-de-obra ser inversamente relacionado com o grau de flexibilidade do mercado de trabalho. Conforme Amadeo, Camargo e Barros (1993), o grau de flexibilidade do mercado de trabalho está associado a três fatores. O primeiro refere-se ao nível de qualificação da força de trabalho e à disponibilidade e custos de treinamento. O segundo está relacionado às características estruturais de funcionamento do mercado de trabalho, tais como seu grau de integração regional e de informalidade. Por último, a flexibilidade do mercado de trabalho associa-se ao conjunto de instituições que regem o funcionamento do mesmo e os contratos de trabalho. Como esta flexibilidade é bastante elevado no Brasil, o grau de comprometimento na elevação da qualificação da mão-de-obra.

Caso ocorram mudanças estruturais na economia, deslocamentos entre as ocupações também ocorrerão. Um mercado de trabalho mais flexível pode levar a uma maior rotatividade do trabalhador e, neste caso, quanto maior a especialização dos trabalhadores, ou quanto maior seu capital humano específico acumulado, maior será o custo do ajuste.

2.3. Mobilidade e trajetórias profissionais

Na medida em que o processo de ajuste econômico ocorrido na economia brasileira na década de 90 contribui para uma maior mobilidade dos trabalhadores, o

dinamismo do mercado passa a desenvolver as trajetórias profissionais, juntamente com a própria iniciativa dos trabalhadores. Tendo em vista o ajustamento do mercado de trabalho face às mudanças estruturais da economia, a mão-de-obra tende a migrar de um emprego para outro.

Segundo os dados de Pero (1996), os trabalhadores industriais que migraram para o setor serviços tiveram perdas de renda média maiores que aqueles que permaneceram no setor da indústria de transformação entre 1988-93. Isso é uma clara evidência de piora na qualidade do emprego para esses trabalhadores. Como salienta Melo *et al* (1998), a maior expansão de empregos na última década foi verificada no setor serviços tanto em termos absolutos como em relação ao seu próprio tamanho.

Neste quadro de modernização produtiva e da conseqüente redução de postos de trabalho no setor industrial, verifica-se o aumento da participação das ocupações em serviços informais e de tempo parcial em relação à ocupação total, como afirma Pero (1995). Outros autores, como Caruso (1996), apresentam dados que comprovam este aumento da participação do setor terciário. Urani *et al* (1995) confirmam o aumento da informalidade, onde a participação na ocupação total entre os anos de 1991 e 1995 dos empregados sem carteira assinada aumentou mais de três pontos percentuais e a dos trabalhadores por conta própria, cerca de dois pontos percentuais.

Nesse sentido, verifica-se um crescimento das taxas de desemprego e das participações dos segmentos informais e do setor terciário na ocupação total, sugerindo um aumento das ocupações consideradas instáveis ou precárias. Isto pode estar relacionado, em parte, às novas formas de produção com especialização e emprego flexíveis, pois os vínculos empregatícios tendem a ser fragilizados sob tais circunstâncias. O lado da demanda, portanto, é favorecido através de benefícios legais e financeiros.

No que se refere às relações entre formação profissional e emprego, estas se tornam especialmente relevantes na situação atual. Isto porque a reestruturação produtiva vem gerando modificações no exercício do trabalho ligado ao mercado formal e introduzindo um componente estrutural no comportamento do desemprego.

3. O processo de informalidade no mercado de trabalho

Como a migração dos trabalhadores é traduzida, em grande medida, como um aumento do processo de informalidade, faz-se necessário observar os significados da classificação desta última. Para melhor compreensão - dado ser este um conceito relativamente recente e, o que é grave, não possuir uma definição que seja consensualmente aceita pelos estudiosos do tema - será percorrido, de forma breve, a discussão sobre informal, direcionada para a relação existente com a mobilidade no mercado de trabalho.

3.1. A discussão sobre informalidade

Após a segunda guerra mundial, os países em desenvolvimento procuraram, de uma forma desordenada, acelerar o processo de industrialização - destacando-se o processo de substituição de importações -, com intuito de "queimar etapas", pois visavam se inserir no dito mundo capitalista moderno tanto em relação à produtividade econômica como aos benefícios sociais. As firmas nesse período estavam travando concorrência por novos mercados, o que as direcionava para a expansão da produção em escala, o que significa plantas intensivas em capital, as quais eram o resultado de anos de evolução nos países desenvolvidos.

Aliado a outras características próprias - como as questões da revolução no campo, migração rural/ urbana e a migração de pessoas de pequenos centros urbanos², crescimento vegetativo da população nas regiões metropolitanas e aumento da participação feminina na ocupação -, possibilitaram a formação de grande contingente de mão-de-obra disposta a vender sua força-de-trabalho. Ou seja, a configuração deste quadro nestes países gerou a formação de um excedente estrutural de mão-de-obra em suas economias.

Com o intuito de analisar economias deste tipo, a OIT - Organização Internacional do Trabalho - promoveu uma série de estudos que deram início à utilização da denominação de informal. A origem se deu com o trabalho para o Quênia,

²Pois as regiões metropolitanas atraem pela possibilidade de melhores condições de vida e de trabalho.

no ano de 1972.³ Este localizou um segmento da sociedade que não possuía as mesmas qualidades nem comportamento similar ao que classificaram de setor "formal" da economia. Dividiu-se, então, a economia em dois setores: a) setor formal, definido por defrontar-se com barreiras à entrada, depender de recursos externos, a propriedade do empreendimento ser impessoal, operar em larga escala, utilizar processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia ser importada, a mão-de-obra adquirir as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal, e atuar em mercados protegidos através de tarifas, cotas, etc.; e, b) setor informal, definido por existir facilidade de entrada, o aporte de recursos ser de origem doméstica, a propriedade do empreendimento ser individual ou familiar, operar em pequena escala, os processos produtivos serem intensivos em trabalho e a tecnologia ser adaptada, a mão-de-obra qualificar-se externamente ao sistema escolar formal, e atuar em mercados competitivos e não regulados (Cacciamali, 1991).

Após este trabalho da OIT, muito se tem escrito e debatido sobre o setor informal. Entretanto, a classificação de informalidade era normalmente associada à precariedade⁴. Este setor, em diversos casos, era visto como espaço de sobrevivência de atividades de baixa produtividade, e que gerava, conseqüentemente, baixos níveis de renda. Ou seja, era definido segundo uma linha de pensamento muito próxima àquela de visualização de uma economia dicotômica - enfoque dual estático da estrutura econômica⁵, como setores moderno/tradicional - e que, por privilegiar o corte analítico que definia renda a priori, não tecia maiores considerações sobre informalidade, além daquelas necessárias dada a noção de temporalidade dessas atividades.

Dentro da órbita de informal como área de sobrevivência do excedente de mão-de-obra, depois se passou a relacionar este setor com a propriedade de "buffer" da crise econômica. Ou seja, funcionaria como um "colchão amortecedor" ao absorver a mão-de-obra desempregada pela economia formal nas fases recessivas. E este setor informal teria funcionalidade para o setor capitalista propriamente dito, pois rebaixaria "o custo do trabalho ao produzir a preços menores itens da cesta do trabalhador" e atenderia "a

³ OIT (1972) "Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya" Genebra.

⁴ Esta classificação é adotada, por exemplo, em alguns trabalhos do PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe).

⁵Sobre esta questão, ver Cacciamali (1991).

demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes, em termos de lucratividade para o capital" (Pero, 1995: 17).

Duas definições de informal merecem destaque: a) forma de produção; e, b) ilegalidade, as quais estarão sendo apresentadas nas subseções seguintes.

3.2. Formas de organizar a produção

Souza (1980) destacou a importância de se observar a forma de organização da produção para a classificação de informalidade. Segundo este autor, deve-se diferenciar as formas capitalistas das formas não capitalistas de produção. Nas formas capitalistas, existe uma separação clara entre a propriedade do capital e do trabalho, a produção é basicamente voltada para o mercado e predominam as relações de assalariamento. O setor informal, portanto, é composto por empresas organizadas de outras formas que não a capitalista de produção, nas quais não se pode distinguir entre a propriedade do trabalho e do capital e onde o salário não é o modo habitual de remuneração do trabalho, e, ainda, empresas não organizadas do ponto de vista jurídico.

Esta visão foi amplamente utilizada na literatura sobre o tema, destacando-se as propostas de aperfeiçoamento do conceito oferecidas por Cacciamali (1983, 1989, 1991 e 1994). Esta autora propôs uma nova abordagem de informalidade desmembrando a formulação de Souza (1980) em duas outras: setores formal e informal; e setores registrado e submerso. Estas duas formulações não são excludentes, inclusive se sobrepondo em alguns pontos. Mas suas existências são defendidas pela autora, dadas as diferenças de ordem econômico-produtiva e social, e até em termos de ordem política.

Dentro desta linha de pensamento, o setor informal seria caracterizado pela não diferenciação nítida entre posse dos meios de produção e posse da força-de-trabalho. Logo, o produtor direto reúne em si mesmo a figura do patrão e de empregado - sendo incluída a possibilidade de empregar familiares e/ou ajudantes (inclusive assinando a carteira de trabalho); sempre participando do produzir e efetuando o gerir. Assim, este setor abarca a produção mercantil simples, a qual não segue a lógica capitalista de processo de acumulação ou a taxa de retorno competitiva, mas sim a de maximização do fluxo de renda total gerado pela atividade, de modo que possibilite a reprodução do produtor e de sua família, e em segundo lugar, continuação da atividade (Cacciamali, 1991). Este setor abarcaria, então, os trabalhadores por conta própria e as pequenas empresas, familiares ou não.

A outra formulação sugerida pela autora - setor submerso - está diretamente relacionada ao que será exposto no próximo item, referente a uma segunda linha conceitual geral de definição de informalidade.

3.3. *Segundo o cumprimento das normas legais*

Existe uma linha de pensamento neoclássica que explica a origem do excedente de mão-de-obra a partir da relação entre os preços de fatores. Este excedente seria consequência de alguma ineficiência econômica no mercado de bens e fatores. A alocação indevida de fatores produtivos decorre de intervenções no mercado de trabalho - por parte do estado ou da atuação dos sindicatos -, que geram distorções nos preços relativos, o que afeta o equilíbrio de pleno emprego, pois torna mais caro o fator trabalho em relação ao capital. Isto resulta em substituição de tecnologias intensivas em capital, traduzindo-se em redução do nível de emprego. Os desempregados saem à procura de emprego em atividades de menor produtividade.

O setor informal definido desta maneira, ou setor submerso, é composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado: em relação às firmas significa, em linhas gerais, sonegação em seus vários aspectos (de informações relativas à receitas, compras de materiais, contratação de empregados, etc.); em relação aos empregados significa atividade fora das normas da legislação trabalhista. Além de ambos abarcarem clandestinidade - inclusive algumas ilícitas à luz do código penal - como prostituição e contrabando (Cacciamali, 1994).

3.4. *No intento de concluir*

Sumariando o que foi exposto anteriormente, chama-se a atenção para um ponto chave em toda esta discussão: o elevado grau de heterogeneidade do "setor informal" - independentemente da definição deste - mina as tentativas de construir uma conceituação precisa de informalidade. Isto pode ser exemplificado pelo fato de que todas as definições de informal desenvolvidas na literatura especializada apresentam problemas de mensuração - tanto no sentido estrito de estatísticas propriamente ditas, quanto no sentido de abrangência de todos os agentes que são suscetíveis de serem denominados informais.

Por exemplo, se o setor informal é abordado via forma de organização da produção. Esta classificação abre margem para uma região nebulosa onde duas divisões empíricas de posição na ocupação se confundem - são elas: trabalhadores por conta

própria e empregadores. E não seriam contados os empregados sem carteira de trabalho assinada como membros "diretos" do setor informal - estes podem, quando muito, entrar indiretamente, via posição de ajudantes. E, por sinal, a renda desses empregados sem carteira assinada é, contrariamente a uma característica desse setor sob este corte, determinada no mercado de trabalho.

Por outro lado, o corte via ilegalidade, além de ser problemático por exemplo quanto à mensuração das empresas que o compõem, pode incluir uma parcela do chamado setor formal, como informal, principalmente no que se refere à evasão fiscal - que não é, definitivamente, característica só dos pequenos empreendimentos. Além disso, abarca os empregados sem carteira de trabalho assinada, por estarem contratados ilegalmente. Todavia, os trabalhadores por conta própria, tão destacados pela literatura como informais, apenas tem como ponto de contato com este corte, a não inscrição nos órgãos públicos de seguridade social por parte de alguns deles.

Enfim, vários são os pontos problemáticos desses conceitos e de suas aplicações empíricas. E a literatura específica não os têm menosprezado. No entanto, a maioria das análises empíricas normalmente utiliza como critério único o corte por posição na ocupação. Assim, são denominados de segmentos informais os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira assinada, apesar de estarem definidos a partir de correntes teóricas distintas.

Devido à dificuldade de se formular um conceito único e consensual, muitos autores não se enveredam por esta discussão, analisando os impactos da informalidade sobre o mercado de trabalho através de um ângulo alternativo: a abordagem da qualidade. Neste sentido, a questão é enfocada pelo lado do posto de trabalho, sendo que a ausência de contrato legal de trabalho ou a iniciativa de autoemprego são consideradas como sinônimos de baixa qualidade do emprego, independentemente das explicações para cada um desses fenômenos. Tendo também como vantagem o fato de não precisar recorrer a terminologias polêmicas.

Esta posição simplifica o entendimento da questão da mobilidade no mercado de trabalho. A mobilidade pode ser vista como uma alteração na posição na ocupação apresentada inicialmente pelo agente. Neste sentido, o fato de ser formal ou não-formal vai afetar a qualidade do posto de trabalho. Dessa forma, pode-se identificar a passagem de uma posição formal para a informal como uma perda de qualidade no posto.

Procura-se, então, identificar os movimentos de formalização e informalização da mão-de-obra no intuito de avaliar a geração e manutenção de postos de qualidade pelo mercado de trabalho e, em última instância, a promoção do bem-estar via retornos do trabalho. Quanto maior a probabilidade de um agente em se tornar informal, pior será o nível dos postos a que terá acesso; e quanto mais pessoas com alta probabilidade de se informalizar, menor será o nível de bem-estar promovido pelo mercado de trabalho.

Como afirma Oliveira (2001), a existência de uma acomodação dos trabalhadores que de outra forma estariam no desemprego levanta questões a respeito do fluxo de trabalhadores dispensados na indústria e alocados no setor terciário. Uma vez identificadas estas taxas de transição, pode-se inferir sobre a contribuição desta absorção, seja ela precária ou não.

Logo, o problema macroeconômico de geração de renda e pobreza apresentará como um de seus fundamentos um quesito microeconômico importante: a tendência da mão-de-obra disponível em se informalizar. Quanto maior a probabilidade de transição dos agentes, e quanto maior o número destes agentes com alta probabilidade, mais morosa será a solvência do problema em foco. Para dirimi-lo serão necessárias medidas políticas de cunho específico, ou seja, políticas precisas que estejam bem focalizadas, permitindo ao governo acertar o alvo e reduzir aquelas probabilidades, tanto do ponto de vista individual (cursos, treinamentos, requalificações em geral), quanto do mercado de trabalho (aberturas de novos postos formais, maior fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, etc).

4. Base de dados e metodologia

4.1. Base de dados

Os dados utilizados neste estudo são provenientes da pesquisa mensal de emprego – PME – no período de 1991 a 2001 e do seu suplemento realizado a partir da amostra da PME em abril de 1996. Ambos são provenientes do IBGE e contemplam as seis principais regiões metropolitanas brasileiras.

De periodicidade mensal, a PME é uma pesquisa domiciliar que reúne informações necessárias à geração das estatísticas desejadas e são obtidas a partir de uma amostra probabilística de aproximadamente 36.000 domicílios situada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. O aspecto longitudinal de seus dados de mobilidade dos indivíduos e as

decorrentes mudanças de posição na ocupação, na composição setorial do emprego e dos rendimentos relativos, abordando tanto segmentos formais quanto informais.

Com relação ao suplemento da PME de abril de 1996, este possui dados retrospectivos a maio de 1991, investigando características da população em relação ao trabalho, educação, associativismo, representação de interesses e intermediação política. Para todas as pessoas com 20 anos e mais em abril de 1996, que responderam ao questionário do corpo principal da PME, foi perguntado sobre sua situação ocupacional de 1991. As informações contidas neste suplemento nos fornecem as mudanças de situação do trabalhador entre os dois pontos no tempo: 1991 e 1996. É preciso lembrar que os movimentos ocorridos dentro deste intervalo de tempo não são captados.

4.2. Metodologia

Basicamente serão implementados dois procedimentos metodológicos neste trabalho. Primeiro, utiliza-se um índice sintético para analisar a evolução da informalidade e da ocupação no mercado de trabalho, construído a partir dos trabalhos do IDH – Índice de desenvolvimento humano –, desenvolvido pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (1998), e de Sabóia (1999). Segundo, realiza-se uma análise dos dados de migração dos trabalhadores segundo a posição na ocupação e setor de atividade.

A construção do indicador sintético de informalidade e ocupação é composta de duas etapas. Na primeira etapa, são escolhidas as variáveis a serem utilizadas, que serão agrupadas para a formação do indicador sintético. A Tabela 2 apresenta a definição das variáveis de informalidade, ocupação e escolaridade.

Tabela 2: Estatísticas utilizadas e seus respectivos pesos

	Estatísticas	Pesos
Posição na ocupação	Sem carteira	1/2
Setor de atividade	Serviços	1/4
Escolaridade	0 a 8 anos	1/4

Fonte: Elaboração própria

A definição destas estatísticas está relacionada à necessidade de se construir indicadores que evidenciem aqueles fatores apontados pela literatura recente como

principais responsáveis pela crescente precariedade do emprego no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, a posição na ocupação estaria indicando uma piora no mercado de trabalho quando o número de trabalhadores sem carteira aumentasse. O setor de atividade indicaria esta piora quando o número de trabalhadores no setor serviços crescesse. O nível de escolaridade, por sua vez, indicaria piora quando o número de trabalhadores com menos de oito anos de estudo também aumentasse.

Cabe salientar que, como afirma Sabóia (1999), mesmo procurando incorporar as várias dimensões da ocupação e da informalidade no mercado de trabalho, a composição do indicador possui certo grau de arbitrariedade. A estatística definida como básica foi o percentual de ocupados sem carteira assinada, que passa a ter um maior peso na formação do índice sintético.

A segunda etapa envolve a transformação dos indicadores em índices cujos valores variam entre zero e um. Para isso, é necessária a escolha do melhor e do pior valor possível das estatísticas observadas, que serão utilizados para a obtenção do índice de informalidade e ocupação através da fórmula:

$$I = (\text{valor observado para o indicador} - \text{valor máximo}) / (\text{valor mínimo} - \text{valor máximo})^7$$

Dessa forma, o índice obtido sempre variará entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhores serão as condições do mercado de trabalho no que se refere à ocupação e informalidade e vice-versa.

A segunda parte metodológica refere-se à análise qualitativa dos dados de mobilidade dos trabalhadores a partir do suplemento da PME. A partir da identificação das probabilidades de transição entre os diferentes estados do indivíduo no mercado de trabalho, realiza-se uma análise comparativa entre o Brasil Metropolitano e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

5. Transição e informalidade no mercado de trabalho

5.1. Mensurando o desempenho do mercado de trabalho

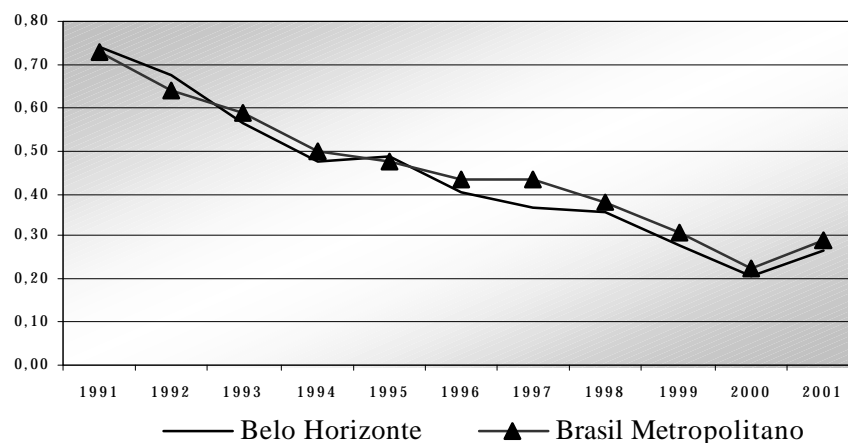
Diante das recentes modificações do mercado de trabalho ao longo da década de noventa, destaca-se a intensificação das práticas informais de contratação e o aumento

⁷ Esta fórmula é utilizada porque o crescimento de quaisquer das estatísticas observadas indicam uma deterioração das condições do mercado de trabalho. Caso o crescimento da estatística observada indicasse uma melhoria, a fórmula a ser utilizada seria:

$$I = (\text{valor observado para o indicador} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}).$$

do setor terciário. Ambas modificações representam fortes indícios de deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, que podem ser parcialmente mensuradas pelo índice síntese de ocupação e informalidade. Pode-se identificar, ainda, a evolução de cada um dos três componentes deste índice, como mostram os gráficos a seguir.

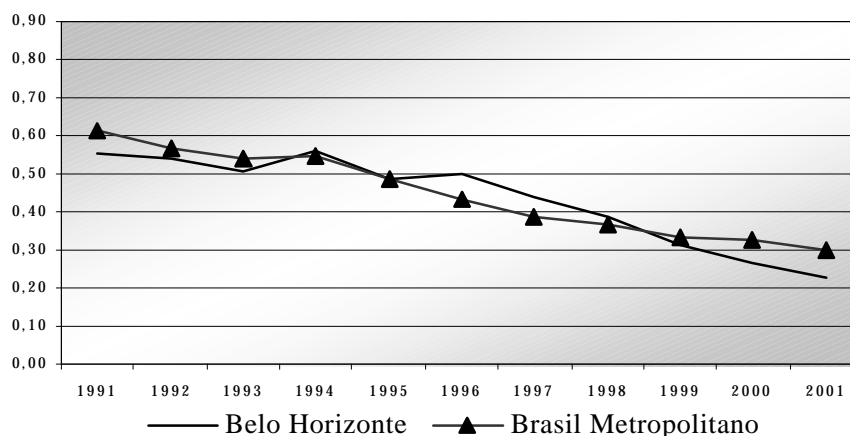
Gráfico 2: Indicador de Empregados Sem Carteira Assinada



O primeiro indicador refere-se aos empregados sem carteira assinada, cuja participação têm aumentado ao longo da década. O índice, por sua vez, diminui, evidenciando um componente de deterioração do mercado frente à crescente informalização do trabalho.

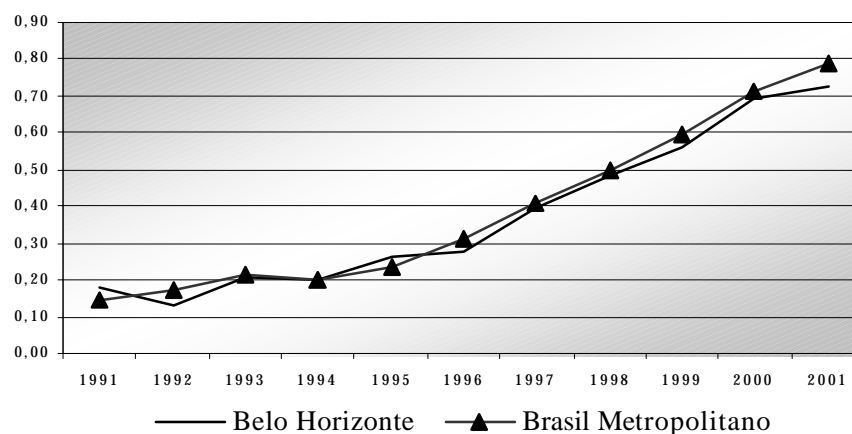
A região metropolitana de Belo Horizonte mostra-se mais influenciada negativamente por este indicador que a média das regiões metropolitanas, como mostra o Gráfico 2. Isto se torna ainda mais evidente a partir de 1995, quando o indicador para Belo Horizonte permanece abaixo do indicador para o Brasil Metropolitano até 2001. Estes resultados mostram uma queda na qualidade do emprego que ocorre, possivelmente, devido à elevada flexibilidade do mercado de trabalho e da maior exigência de qualificação do trabalhador.

Gráfico 3: Indicador de Ocupados no Setor de Serviços



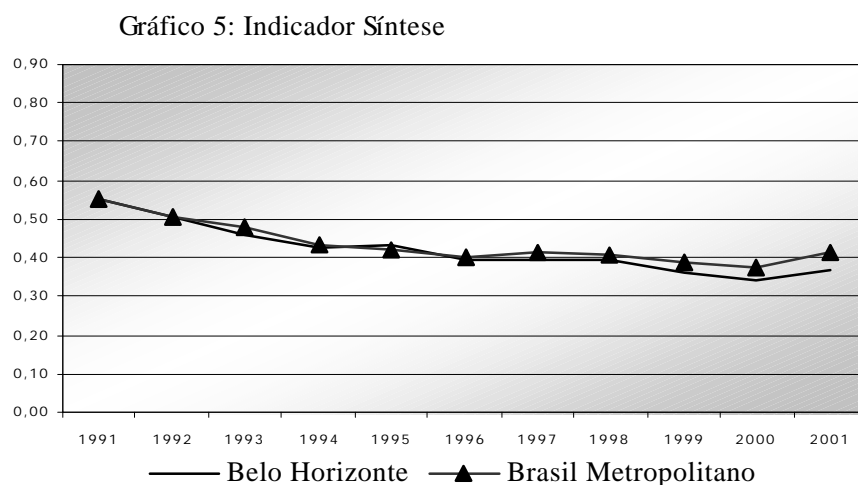
O segundo indicador se refere aos ocupados no setor serviços, que vem se destacando nos anos recentes como o grande absorvedor da mão-de-obra proveniente da indústria. Como esses trabalhadores geralmente migram para atividades cujo capital humano adquirido ao longo de suas vidas profissionais dificilmente é reaproveitado, o indicador comporta-se de maneira declinante durante a década. No caso da região metropolitana de Belo Horizonte, como mostra o Gráfico 3, esta tendência de declínio é ainda mais acentuada.

Gráfico 4: Indicador de Escolaridade



O terceiro componente do índice síntese é o indicador de escolaridade. Ao contrário dos demais, este mostra-se crescente ao longo dos anos tanto para Belo Horizonte como para o Brasil Metropolitano. Contudo, os ganhos no nível de escolaridade são menores para a região metropolitana mineira. De qualquer forma, este

indicador mostra-se como favorável à melhoria das condições do mercado de trabalho brasileiro e mineiro, como pode ser observado pelo Gráfico 4.



Em linhas gerais, o mercado de trabalho urbano brasileiro, assim como o mineiro, mostram uma tendência de maior precariedade ao longo da década. O único indicador de melhoria não é capaz de amenizar a deterioração das condições do mercado de trabalho no que se refere à ocupação e informalidade, com destaque para a acentuada queda do indicador de empregados sem carteira. No que se refere às especificidades da região metropolitana de Belo Horizonte, esta apresenta indicadores piores que os nacionais metropolitanos, principalmente nos anos mais recentes, fato que torna necessária uma investigação mais detalhada da mobilidade dos trabalhadores entre as condições de atividade, posições na ocupação e setores de atividade.

5.2. Mobilidade dos indivíduos entre as condições de atividade

Uma análise da condição de atividade do trabalhador para o Brasil Metropolitano pode ser obtida a partir da Tabela 3. A maior migração de trabalhadores registrada ocorreu em direção à entrada no mercado de trabalho. É interessante ressaltar que o trabalhador economicamente ativo é aquele que se move em direção a uma atividade no mercado de trabalho, esteja ele trabalhando ou procurando trabalho. Portanto, é mais provável que um trabalhador saia da inatividade e ingresse no mercado de trabalho do que o inverso, pois apenas 17% dos economicamente ativos em 1991 foram para a inatividade em 1996 e 25% fizeram o caminho contrário.

Tabela 3: Mobilidade dos trabalhadores entre as Condições de Atividade no Trabalho Principal no Brasil Metropolitano*

Sexo e condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade			
	Total (1)	Condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996		
		Economicamente ativas	Não economicamente ativas	Sem declaração
Total (1)	100	63,06	36,92	0,02
Economicamente ativas	100	82,83	17,17	0,00
Não economicamente ativas	100	25,03	74,97	0,00
Sem declaração	100	64,77	35,05	0,18
Homens (1)	100	81,69	18,29	0,02
Economicamente ativos	100	91,32	8,68	0,00
Não economicamente ativos	100	39,71	60,29	0,00
Sem declaração	100	78,46	21,36	0,18
Mulheres (1)	100	46,88	53,10	0,02
Economicamente ativas	100	71,65	28,35	0,00
Não economicamente ativas	100	20,62	79,38	0,00
Sem declaração	100	46,66	53,15	0,19

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

Tabela 4: Mobilidade dos trabalhadores entre as Condições de Atividade no Trabalho Principal em Belo Horizonte*

Sexo e condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade			
	Total (1)	Condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996		
		Economicamente ativas	Não economicamente ativas	Sem declaração
Total (1)	100	66,11	33,87	0,02
Economicamente ativas	100	83,83	16,17	0,00
Não economicamente ativas	100	29,16	70,84	0,00
Sem declaração	100	60,46	39,21	0,33
Homens (1)	100	83,21	16,79	0,00
Economicamente ativos	100	91,95	8,05	0,00
Não economicamente ativos	100	41,44	58,56	0,00
Sem declaração	100	74,66	25,34	0,00
Mulheres (1)	100	50,66	49,31	0,03
Economicamente ativas	100	72,80	27,20	0,00
Não economicamente ativas	100	25,33	74,67	0,00
Sem declaração	100	38,75	60,42	0,83

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

Apesar deste indicador relativamente favorável no período, pode-se verificar que a transição de mulheres para a condição de inatividade (28,4%) foi maior que a de homens (8,7%). Além disso, enquanto 39,7% dos homens ingressaram no mercado de trabalho em abril de 1996, apenas 20,6% das mulheres realizaram o mesmo movimento, demonstrando a menor estabilidade do sexo feminino na condição de atividade no trabalho principal. Como ressaltam Machado e Oliveira (1999), esta menor estabilidade pode ser indício de uma discriminação que dificulta a mulher desempregada a encontrar emprego quando comparada ao homem na mesma situação. Além disso, pode estar

existindo um retardamento da entrada no mercado de trabalho ou uma dedicação aos afazeres domésticos por parte das mulheres.

No que se refere a região metropolitana de Belo Horizonte, a probabilidade do trabalhador inativo vir a se tornar economicamente ativo é maior que no Brasil Metropolitano. No caso das mulheres, estas possuem uma maior probabilidade de migrarem para a condição de economicamente ativas quando comparadas ao Brasil Metropolitano. No entanto, ainda é verificada a menor estabilidade das mulheres no trabalho principal quando comparada aos homens.

5.3. Mobilidade dos indivíduos entre os setores de atividade

Fatos econômicos marcantes durante a década de 90 contribuíram para as substanciais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro. A abertura comercial e econômica, associada à recessão do início dos anos 90 e ao ajustamento do setor privado em busca de maior competitividade provocaram conseqüências sobre a mobilidade dos trabalhadores. Na indústria, o número de trabalhadores reduziu-se substancialmente em prol de um crescimento das atividades do setor terciário, sejam elas formais ou informais. Todavia, cabe destacar que as inovações tecnológicas ocorridas com maior intensidade na indústria também foram absorvidas pelo setor terciário.

Tabela 5: Mobilidade dos Trabalhadores entre os Setores de Atividade no Brasil Metropolitano*

Sexo e setores de atividade do trabalho principal que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991					
	Total (1)	Setores de atividade do trabalho principal que tinham em abril de 1996				
		Ind. de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Outras Atividades
Total (1)	100	19,36	7,22	14,29	51,53	7,60
Ind. de transformação	100	59,19	5,44	9,43	23,41	2,53
Construção Civil	100	7,31	61,31	5,32	19,96	6,11
Comércio	100	12,28	2,76	55,25	26,79	2,92
Serviços	100	6,64	2,87	6,97	80,18	3,34
Outras atividades	100	4,62	3,62	5,11	26,94	59,71
Sem declaração	100	23,16	5,20	16,55	51,28	3,81
Homens (1)	100	22,51	11,07	15,02	42,65	8,75
Ind. de transformação	100	59,73	7,16	9,56	20,47	3,07
Construção Civil	100	7,17	62,56	5,39	18,57	6,31
Comércio	100	12,79	4,12	55,27	24,39	3,43
Serviços	100	8,25	5,22	8,09	74,44	3,99
Outras atividades	100	5,45	4,87	5,55	23,37	60,76
Sem declaração	100	30,05	7,91	13,36	42,90	5,79
Mulheres (1)	100	13,94	0,59	13,04	66,83	5,60
Ind. de transformação	100	57,59	0,31	9,02	32,15	0,93
Construção Civil	100	10,39	34,49	3,69	49,61	1,82
Comércio	100	11,35	0,24	55,23	31,23	1,96
Serviços	100	4,90	0,33	5,76	86,39	2,63
Outras atividades	100	2,64	0,61	4,03	35,53	57,19
Sem declaração	100	9,94	0,00	22,69	67,38	0,00

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

De fato, conforme mostra a Tabela 5, constata-se que o setor serviços é um grande absorvedor de trabalhadores excedentes de outros setores, sendo seguido, em menor escala, pelo setor de transformação. O setor de serviços, ao fim de 1996, recebeu 27% dos trabalhadores que estavam no comércio em 1991, 23% da indústria de transformação e 20% da construção civil. Portanto, enquanto nos serviços apenas 20% dos trabalhadores em 1991 migraram para outros setores após cinco anos, na indústria de transformação e no comércio esse percentual foi de 41% e 45%, respectivamente.

Esta tendência se verifica com maior intensidade para as mulheres do que entre os homens. Enquanto 26% dos homens que trabalhavam nos serviços em 1991 moveram-se para outros setores em 1996, entre as mulheres este percentual foi de apenas 14%.

Tabela 6: Mobilidade dos Trabalhadores entre os Setores de Atividade em Belo Horizonte*

Sexo e setores de atividade do trabalho principal que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991					
	Total (1)	Setores de atividade do trabalho principal que tinham em abril de 1996				
		Ind. de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Outras Atividades
Total (1)	100	17,75	10,14	13,12	50,49	8,51
Ind. de transformação	100	56,87	6,80	9,38	22,66	4,30
Construção Civil	100	8,50	63,33	5,33	16,17	6,67
Comércio	100	11,71	3,70	52,65	28,61	3,33
Serviços	100	6,31	3,37	6,81	79,66	3,84
Outras atividades	100	5,80	5,36	4,69	20,54	63,62
Sem declaração	100	0,00	0,00	33,33	66,67	0,00
Homens (1)	100	21,26	15,34	14,00	39,73	9,68
Ind. de transformação	100	59,04	8,64	8,64	18,39	5,28
Construção Civil	100	8,12	64,25	5,18	15,72	6,74
Comércio	100	11,53	5,04	52,97	26,49	3,96
Serviços	100	8,01	6,34	8,21	72,31	5,14
Outras atividades	100	7,86	7,55	5,66	18,87	60,06
Sem declaração	100	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00
Mulheres (1)	100	11,46	0,82	11,55	69,76	6,41
Ind. de transformação	100	49,66	0,68	11,82	36,82	1,01
Construção Civil	100	19,04	38,08	9,52	28,56	4,76
Comércio	100	12,11	0,78	51,95	33,20	1,95
Serviços	100	4,62	0,40	5,42	87,02	2,54
Outras atividades	100	0,77	0,00	2,31	24,61	72,31
Sem declaração	100	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

Para o total de trabalhadores da região metropolitana de Belo Horizonte, como mostra a Tabela 6, as maiores taxas de permanência no setor serviços, com um percentual (80%) bem próximo àquele verificado pelo Brasil Metropolitano. Destaca-se, contudo, a menor permanência dos trabalhadores mineiros na indústria de transformação quando comparados à média das regiões metropolitanas, refletindo uma menor estabilidade do trabalhador no setor de atividade. Quando se considera a participação feminina, esta estabilidade é ainda mais precária, tendo em vista que a permanência das mulheres mineiras é inferior em todos os setores considerados.

5.4. Mobilidade dos indivíduos entre as categorias de ocupação

As recentes mudanças nas relações de trabalho têm conduzido a uma maior informalidade no mercado de trabalho. Percebe-se pela análise dos dados da Tabela 4.3 a maior probabilidade de um trabalhador informal vir a ter sua carteira de trabalho assinada que o inverso, como ocorreu com 30% dos entrevistados sem carteira assinada em 1991 e que passaram a ser empregados formalmente em 1996. Verificou-se a maior possibilidade de um empregado sem carteira assinada passar a trabalhar por conta própria do que um com carteira assinada, tendo 18% dos sem carteira em 1991 se

tornado autônomo ao final de 1996. Isto corrobora o fato de que o emprego com carteira assinada continua sendo considerado a categoria mais importante dentre as pessoas ocupadas. De fato, a carteira assinada garante ao trabalhador os direitos previstos na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas⁶.

Em linhas gerais, o percentual de trabalhadores que permaneceram na mesma posição na ocupação entre 1991 e 1996 foi de 68% para empregados com carteira assinada, 50% para aqueles sem carteira assinada, 63% para os conta própria, 56% para os empregadores. Cabe salientar que o menor percentual verificado (sem carteira assinada) está relacionado à alta rotatividade do setor informal. Conforme afirma Neri *et al* (1997), esta rotatividade é de três a cinco vezes maior que a taxa observada no setor formal. Assim, o trabalhador sem carteira não apenas entra e sai mais rápido do desemprego do que o trabalhador com carteira, mas também muda de emprego com mais frequência. Isto revela que a legislação trabalhista brasileira torna o setor informal mais flexível, pois o custo de demissão do setor formal é superior ao do setor informal.

Nota-se também um considerável fluxo de trabalhadores entre as posições de empregadores para conta própria, como ocorreu com 26% dos empregadores que estavam nesta posição em 1991 e se tornaram autônomos em 1996.

Na comparação dos dados entre a região metropolitana de Belo Horizonte e o Brasil Metropolitano, não houve discrepância significativa entre os empregados que mantiveram a carteira assinada. Entretanto, no que concerne aos sem carteira, Belo Horizonte apresentou uma maior permanência destes nesta posição (54%). Além disso, apenas 26% dos trabalhadores sem carteira saíram dessa condição para possuir carteira de trabalho assinada. Estes dados mostram uma maior precarização do mercado de trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte, que se torna ainda mais preocupante no que concerne às mulheres.

⁶ A CLT garante ao trabalhador direitos como o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aposentadoria, proteção contra demissão sem justa causa, seguro-desemprego, remuneração do serviço extra, piso salarial, salário família, licença maternidade, licença paternidade, estabilidade da gestante, lei do vale-transporte, férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, redução salarial e adicional noturno.

Tabela 7: Mobilidade dos Trabalhadores entre as Categorias de Ocupação no Brasil Metropolitano*

Sexo, posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991					
	Total (1)	Posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em abril de 1996				
		Empregados		Conta própria	Empregadores	Não remunerados
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada			
Total (1)	100	48,95	21,37	23,38	5,48	0,83
EMPREGADOS	100	59,32	23,77	14,19	2,24	0,48
Com carteira de trabalho assinada	100	67,63	16,42	13,30	2,27	0,38
Sem carteira de trabalho assinada	100	29,22	50,35	17,43	2,12	0,87
CONTA PRÓPRIA	100	11,79	13,57	62,91	10,02	1,71
EMPREGADORES	100	9,64	6,60	25,84	55,85	2,08
NÃO REMUNERADOS	100	16,65	28,67	26,90	3,40	24,38
SEM DECLARAÇÃO	100	38,65	21,12	39,62	0,00	0,61
Homens (1)	100	50,07	18,54	24,38	6,74	0,27
EMPREGADOS	100	61,53	20,34	15,25	2,64	0,24
Com carteira de trabalho assinada	100	67,85	14,64	14,76	2,63	0,12
Sem carteira de trabalho assinada	100	31,32	47,60	17,59	2,67	0,83
CONTA PRÓPRIA	100	13,30	13,94	60,56	11,95	0,24
EMPREGADORES	100	9,32	5,22	26,27	58,61	0,59
NÃO REMUNERADOS	100	14,85	38,20	39,22	1,25	6,47
SEM DECLARAÇÃO	100	42,70	20,17	37,14	0,00	0,00
Mulheres (1)	100	47,00	26,24	21,65	3,31	1,80
EMPREGADOS	100	55,72	29,33	12,48	1,60	0,88
Com carteira de trabalho assinada	100	67,23	19,77	10,54	1,60	0,86
Sem carteira de trabalho assinada	100	27,16	53,05	17,28	1,59	0,92
CONTA PRÓPRIA	100	8,69	12,82	67,72	6,06	4,71
EMPREGADORES	100	10,71	11,17	24,41	46,70	7,02
NÃO REMUNERADOS	100	18,06	21,13	17,16	5,10	38,55
SEM DECLARAÇÃO	100	31,80	22,73	43,83	0,00	1,65

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

Tabela 8: Mobilidade dos Trabalhadores entre as Categorias de Ocupação em Belo Horizonte*

Sexo, posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991					
	Total (1)	Posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em abril de 1996				
		Empregados		Conta própria	Empregadores	Não remunerados
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada			
Total (1)	100	48,14	21,97	22,73	6,88	0,28
EMPREGADOS	100	57,83	24,89	14,55	2,52	0,21
Com carteira de trabalho assinada	100	67,35	15,79	14,08	2,62	0,16
Sem carteira de trabalho assinada	100	26,97	54,38	16,09	2,21	0,35
CONTA PRÓPRIA	100	14,39	12,18	59,59	13,38	0,46
EMPREGADORES	100	8,71	7,47	18,67	64,32	0,83
NÃO REMUNERADOS	100	18,17	36,34	36,34	9,09	0,00
SEM DECLARAÇÃO	100	33,33	0,00	66,67	0,00	0,00
Homens (1)	100	49,78	18,03	23,72	8,43	0,03
EMPREGADOS	100	60,79	19,99	15,96	3,23	0,03
Com carteira de trabalho assinada	100	67,55	13,96	15,42	3,07	0,00
Sem carteira de trabalho assinada	100	28,82	48,47	18,51	4,01	0,19
CONTA PRÓPRIA	100	15,68	13,14	56,03	15,15	0,00
EMPREGADORES	100	8,79	5,49	19,23	66,49	0,00
NÃO REMUNERADOS	100	20,00	40,00	20,00	20,00	0,00
SEM DECLARAÇÃO	100	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00
Mulheres (1)	100	45,20	29,01	20,96	4,09	0,73
EMPREGADOS	100	52,87	33,09	12,20	1,34	0,50
Com carteira de trabalho assinada	100	66,92	19,61	11,28	1,68	0,50
Sem carteira de trabalho assinada	100	25,37	59,47	14,00	0,66	0,49
CONTA PRÓPRIA	100	11,54	10,06	67,45	9,47	1,48
EMPREGADORES	100	8,47	13,56	16,94	57,63	3,39
NÃO REMUNERADOS	100	16,67	33,33	50,00	0,00	0,00
SEM DECLARAÇÃO	100	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

* Pessoas de 20 anos ou mais de idade, por condição de atividade no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo e a condição de atividade no trabalho que tinham em maio de 1991

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - abril de 1996

Tais resultados corroboram a análise realizada a partir do índice sintético de ocupação e informalidade, uma vez que a estatística que mais contribuiu para o

desempenho negativo do índice foi a de empregados sem carteira. Assim, reforçam-se as já conhecidas modificações no mercado de trabalho no que tange à intensificação de práticas informais de contratação, com destaque para a preocupante situação da região metropolitana de Belo Horizonte, que é ainda mais precária que o Brasil Metropolitano.

6. Conclusão

O principal objetivo deste trabalho foi a análise qualitativa da mobilidade dos trabalhadores diante da evolução do componente específico de ocupação e informalidade do mercado de trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte e do Brasil Metropolitano. Os resultados obtidos indicam que a migração dos trabalhadores têm contribuído para a ampliação das atividades informais como resposta a um mercado de trabalho com fortes indícios de deterioração de suas condições gerais.

Em linhas gerais, o mercado de trabalho urbano brasileiro, assim como o mineiro, mostram uma tendência de maior precariedade ao longo da década. A melhoria obtida no indicador de educação não é suficiente para reverter a deterioração das condições do mercado de trabalho no que se refere à ocupação e informalidade, com destaque para a acentuada queda do indicador de empregados sem carteira. No que se refere às especificidades da região metropolitana de Belo Horizonte, esta apresenta indicadores piores que os nacionais metropolitanos.

O comportamento da transição dos trabalhadores entre os anos de 1991 e 1996 na Região Metropolitana de Belo Horizonte comparativamente ao Brasil Metropolitano possui três grandes características. Primeiro, no que se refere à condição de atividade, a probabilidade do trabalhador inativo se tornar economicamente ativo é maior na região de Belo Horizonte que no Brasil Metropolitano. No caso das mulheres, estas possuem uma maior probabilidade de migrarem para a condição de economicamente ativas quando comparadas ao Brasil Metropolitano. Porém, ainda é verificada a menor estabilidade das mulheres no trabalho principal quando comparada aos homens.

Em segundo, quando se observa a mobilidade dos indivíduos entre os setores de atividade, os serviços se destacam como grande absorvedor de trabalhadores excedentes de outros setores. Para a região metropolitana de Belo Horizonte, as maiores taxas de permanência do trabalhador situam-se no setor serviços, sendo bastante similar ao Brasil Metropolitano. A maior divergência, contudo, está na menor permanência dos trabalhadores mineiros na indústria de transformação quando comparados à média das

regiões metropolitanas, refletindo uma menor estabilidade no setor de atividade. Esta estabilidade é ainda mais precária quando se considera a participação feminina.

A terceira e mais relevante característica da migração dos trabalhadores está relacionada com a mobilidade dos indivíduos entre as categorias de ocupação. Os resultados corroboram a análise realizada a partir do índice sintético de ocupação e informalidade, uma vez que a estatística que mais contribuiu para o desempenho negativo do índice foi a de empregados sem carteira. Isso evidencia a intensificação de práticas informais de contratação, com destaque para a preocupante situação da região metropolitana de Belo Horizonte, que é ainda mais precária que o Brasil Metropolitano.

Em linhas gerais, os trabalhadores moveram-se em direção ao setor informal e, provavelmente, para atividades no setor serviços. Tal fato coloca mais evidente a necessidade de se pensar de maneira mais detalhada as políticas públicas que venham a contribuir para a reversão desta situação, tendo em vista que os trabalhadores perdem a qualificação e o treinamento adquiridos em sua carreira profissional.

7. Referências bibliográficas

- AMADEO, Edward *et al.* **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho Brasileiro desde 1980.** Rio de Janeiro: IPEA, out. 1994.
- AMADEO, Edward, CAMARGO, José Márcio, BARROS, Ricardo P. de. Ajuste estrutural e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. In: **Perspectivas da economia brasileira, 1994.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. p.583-610.
- BARROS, R. P. de., MELLO, R., PERO, V. **Informal labor contracts: a solution or a problem?** Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1993 (Texto para Discussão, 291).
- BARROS, R. P. de., MENDONÇA, R. **A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor de serviços.** Rio de Janeiro: IPEA. 1997 (Série Seminários, 3).
- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* **Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1997.
- CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores econômicos FEE: desempenho da economia do Rio Grande do Sul -- 1993,** Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-32, 1994.

- _____. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro IPE/USP/FEA: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Informalização recente no mercado de trabalho brasileiro**. Ministério do Trabalho. Secretaria de emprego e salário, 1989 (Texto para discussão, 19).
- _____. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983 (Tese de Doutorado).
- CARUSO, L. A; PERO, V; LIMA, M. S. **Desemprego industrial e trajetórias intersetoriais**. Rio de Janeiro, SENAI/Dn-Ciet, 1997. 63p.
- CARUSO, Luiz Antônio. **Trajetoárias profissionais, empregabilidade e reconversão profissional**. Rio de Janeiro, SENAI/DN/CIET, jul.1996. 19 p.
- FEIJÓ, Carmen Aparecida, CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. **“Produtividade e emprego: uma inversão na década de 90”**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 5 de julho de 2000.
- GONZAGA, Gustavo. **Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Economia, abril de 1996. (Texto para Discussão nº355).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Rio de Janeiro: junho de 2000.
- MACHADO, A. F., OLIVEIRA, A. M. H. C. Transições no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de categorias ocupacionais. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 6. Belo Horizonte: 1999. **Anais ...** Belo Horizonte: ABET, 1999. p.109-131.
- MELO, H., ROCHA, F., FERRAZ, G., DI SABBATO, A., DWECK, R. **O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/1995**. A Economia Brasileira em Perspectiva 1998, Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, 1998.
- NERI, Marcelo, COELHO, Danilo, ANCORA, Milene e PINTO, Alexandre. Aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 5. Rio de Janeiro: 1997. **Anais ...** Rio de Janeiro: ABET, 1997.
- OIT. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Genebra, 1972.
- OLIVEIRA, E. L. A terciarização do mercado de trabalho brasileiro. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 7. Salvador: 1999. **Anais ...** Belo Horizonte: ABET, 2001.
- PERO, V. **Terceirização e qualidade do emprego no início dos anos 90**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (Tese de Mestrado).

- _____. **A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90.** Rio de Janeiro: SENAI-DN/CIET, jan. 1996.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano.** PNUD, 1998.
- SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 4. Rio de Janeiro: 1999. **Anais ...** Rio de Janeiro: ABET, 1995.
- SOUZA, P. R. **Emprego, salários e pobreza.** Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.
- TELES, J. **Inserção ocupacional no mercado de trabalho brasileiro: heterogeneidade e opcionalidade.** Rio de Janeiro: UFRJ/CORECON, 1996.
- URANI, A. *et al.* **Evolução do emprego industrial entre 1989 e 1993.** Rio de Janeiro, SENAI-DN/CIET, jul. 1995. 167 p.
- WELMOVICK, M; ALÉM, A; MOTTA, M. **A dualidade no mercado de trabalho: quantidade ou qualidade na geração de emprego?** Rio de Janeiro: BNDES, v.1, n.2, p. 99-114, dez. 1994.